



REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

Vol. 18, n. 1, Jan./Jun., 2026

Sítios: <https://periodicos.ufrn.br/index.php/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

Artigo recebido em: 30.01.2025. Revisado por pares em: 22.07.2025. Reformulado em: 26.08.2025. Avaliado pelo sistema double blind review.

DOI: 10.21680/2176-9036.2026v18n1ID38992

Legibilidade das notas explicativas das demonstrações contábeis públicas dos estados da Região Nordeste e variáveis socioeconômico e financeiras a partir de regressão com dados em painel

Readability of the explanatory notes of the public financial statements of the states of the Northeast Region and socioeconomic and financial variables from regression with panel data

Legibilidad de las notas explicativas de los estados de contabilidad pública de los estados de la Región Nordeste y variables socioeconómicas y financieras a partir de regresión con datos de panel

Autores

Cibele Pires de Matos

Mestre em Administração e Controladoria, Universidade Federal do Ceará (UFC). Endereço: Av. da Universidade, 2431, Benfica, Fortaleza – CE, Cep. 60.020-180. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-7263-7739>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9048850040021083>

E-mail: cibele.pmatos@gmail.com

Roberto Sérgio do Nascimento

Doutor em Contabilidade. Contabilidade e Auditoria Públicas, Universidade Federal do Ceará (UFC). Endereço: Av. da Universidade, 2431, Benfica, Fortaleza – CE, Cep. 60.020-180, Tribunal de Contas da União (TCU). Endereço: R. Barão de Aracati, 909, L2, Fortaleza -CE, Cep. 60115-081. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8217-9267>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1325557671064860>

E-mail: robertosdn75@gmail.com

Naiara Leite dos Santos Sant'Ana

Doutora em Administração. Universidade Federal do Ceará (UFC). Departamento de Contabilidade. Endereço: Av. da Universidade, 2431, Benfica, Fortaleza – CE, Cep. 60.020-180. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6529-3284>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4606819804784902>

E-mail: naiarasantana@ufc.br

Cibele Pires de Matos, Roberto Sérgio do Nascimento, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Nélida Astezia Castro Cervantes e Francisco Felipe Ramos Rodrigues Lima

Nélida Astezia Castro Cervantes

Doutora em Ciência Política. Universidade Federal do Ceará (UFC). Departamento de Direito Privado. Endereço: Rua Meton de Alencar S/N. Benfica, Fortaleza – CE, Cep. 60.020. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0614-9300>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9345318158988105>

E-mail: nelidacervantes@hotmail.com

Francisco Felipe Ramos Rodrigues Lima

Mestre em Administração Pública, Universidade Federal do Ceará (UFC). Departamento de Contabilidade. Endereço: Av. da Universidade, 2431, Benfica, Fortaleza – CE, Cep. 60.020-180. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9029-3980>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8043955334774176>

E-mail: fcofelipe.rodrigues@gmail.com

Resumo

Objetivo: Analisar a influência de variáveis sociais, econômicas e financeiras previamente selecionadas na qualidade da evidenciação das notas explicativas pelos governos dos estados nordestinos, no período compreendido entre 2012 a 2021, a partir da elaboração do Índice de Flesch.

Metodologia: Utiliza o índice de Flesch, que estimativa o grau de legibilidade de textos, aplicado às notas explicativas de demonstrações contábeis públicas dos nove estados nordestinos do período de 2012 a 2021 e teste de regressão linear múltipla com dados em painéis, tendo como variável dependente o índice de Flesch calculado e como variáveis independentes: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Endividamento Público (EP), a Liquidez, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Valor Orçamentário Aprovado (VOA).

Resultados: Considerado o período analisado (2012 a 2021), o modelo revelou consistência somente em relação ao período de 2017 a 2021, porém, sem que nenhuma das variáveis propostas apresentasse influência significativa sobre a variável independente. Os melhores índices de legibilidade foram auferidos pelos estados de Pernambuco (72,4%) e Paraíba (66,7%) e os índices menos favoráveis pelos estados do Maranhão (45,3%) e Piauí (42,7%).

Contribuições do Estudo: A pesquisa inova ao testar variáveis socioeconômico-financeiras procurando associá-las a divulgação das notas explicativas no setor público. Embora, os resultados não tenham se mostrados positivos, a inexistência da relação por parte das variáveis testadas aponta para que outras possam ser validadas em trabalhos futuros.

Palavras-chave: Notas explicativas. Legibilidade. Evidenciação contábil. Estados do Nordeste.

Abstract

Purpose: To analyze the influence of previously selected social, economic, and financial variables on the quality of disclosure of explanatory notes by the governments of the northeastern states, in the period between 2012 and 2021, from the elaboration of the Flesch Index.

Methodology: Uses the Flesch index, which estimates the degree of readability of texts, applied to the explanatory notes of the balance sheets of the nine northeastern states from 2012 to 2021 and the multiple linear regression test with panel data having the index as the dependent variable Flesch calculated and as independent variables: the Human Development Index (HDI), the Public Debt (EP), Liquidity, the Basic Education Development Index (IDEB) and the Approved Budget Value (VOA).

Results: Considering the analyzed period (2012 to 2021), however, the model revealed consistency only in relation to the period from 2017 to 2021, however, without any of the proposed variables having a significant influence on the independent variable. The best readability indexes were obtained by the states of Pernambuco (72.4%) and Paraíba (66.7%) and the least favorable indexes by the states of Maranhão (45.3%) and Piauí (42.7%).

Contributions of the Study: The research innovates by testing socioeconomic and financial variables, seeking to associate them with the disclosure of explanatory notes in the public sector. Although the results were not positive, the lack of a relationship among the variables tested suggests that others could be validated in future work. This study contributes to the analysis of social, economic, and financial variables and their relationship to the preparation of explanatory notes.

Keywords: Explanatory notes. Readability. Accounting disclosure. Northeast states.

Resumen

Objetivo: Analizar la influencia de variables sociales, económicas y financieras previamente seleccionadas en la calidad de la divulgación de las notas explicativas por parte de los gobiernos de los estados del nordeste, en el período comprendido entre 2012 y 2021, a partir de la elaboración del Índice Flesch.

Metodología: Utiliza el índice de Flesch, que estima el grado de legibilidad de los textos, aplicado a las notas explicativas de los estados financieros públicos de los nueve estados del noreste de 2012 a 2021 y prueba de regresión lineal múltiple con datos en paneles, teniendo como variable dependiente el índice de Flesch calculado y como variables independientes el Índice de Desarrollo Humano (IDH), el Endeudamiento Público (PE), la Liquidez, el Índice de Desarrollo de la Educación Básica (IDEB) y el Valor del Presupuesto Aprobado (VOA).

Resultados: Considerando el período analizado (2012 a 2021), el modelo reveló consistencia solo en relación con el período de 2017 a 2021, sin embargo, sin ninguna de las variables propuestas. Los mejores índices de legibilidad fueron obtenidos por los estados de Pernambuco

(72,4%) y Paraíba (66,7%) y los índices menos favorables por los estados de Maranhão (45,3%) y Piauí (42,7%).

Contribuciones del Estudio: La investigación innova al evaluar variables socioeconómicas y financieras, buscando asociarlas con la divulgación de notas explicativas en el sector público. Si bien los resultados no fueron positivos, la falta de relación entre las variables analizadas sugiere que otras podrían validarse en trabajos futuros. Este estudio contribuye al análisis de variables sociales, económicas y financieras y su relación con la elaboración de notas explicativas.

Palabras clave: Notas explicativas. Legibilidad. Divulgación contable. Estados del Nordeste.

1 Introdução

As notas explicativas (NE) contribuem para a evidenciação e complementação das informações contidas nas demonstrações contábeis, ajudando a esclarecer ou a compreender dados relevantes ali dispostos (Araújo & Callado, 2020). No âmbito do setor privado, de longe, a informação contábil desempenha papel preponderante nas economias de mercado. Lembram Holtz e Santos (2020) que as oportunidades de investimento estão associadas à possibilidade de os investidores avaliarem o potencial de retorno, associado ao fato de esses mesmos investidores acompanharem o capital investido.

No setor público, conquanto não haja diretamente uma preocupação direta com investimento de capitais, a atenção dos gestores está direcionada à prestação de contas dos serviços ofertados à sociedade. Esse movimento pela melhoria da informação contábil pública é recente, tendo se iniciado em 2008, com a adoção das *International Public Sector Accounting Standards* – IPSAS no Brasil (Normas Internacional de Contabilidade do Setor Público) (Williams & Hussein, 2019) em decorrência do movimento da *New Public Management* (NPM) iniciado nos idos da década dos anos 80.

Os benefícios gerados em razão do aperfeiçoamento do *disclosure* público estão relacionados ao fortalecimento da transparência dos atos de gestão orçamentária, patrimonial e financeira dos governos, bem como a ampliação das formas de comunicação dos resultados públicos. As notas explicativas, neste contexto, como partes integrantes das demonstrações contábeis, além de contextualizam as informações mais relevantes, também têm o condão de diminuir a assimetria informacional entre gestores, população e demais usuários da informação contábil (Borges, 2020; Costa & Pelech Júnior, 2021; Zobarán, 2019).

Considerando tais aspectos, o presente estudo tem como direcionamento responder ao seguinte problema de pesquisa: **estaria a qualidade de evidenciação das notas explicativas das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP) dos estados da Região Nordeste sendo influenciada por variáveis socioeconômico-financeiras?** Como objetivo geral espera-se analisar a qualidade de evidenciação das notas explicativas das DCASP dos estados da Região Nordeste a partir de uma eventual relação com variáveis socioeconômico-financeiras.

Justifica-se o presente estudo sob o aspecto acadêmico em razão de os trabalhos desenvolvidos focarem mais na seara empresarial (Borges & Rech, 2019; Holtz & Santos, 2020), sendo evidenciados poucas pesquisas direcionadas ao setor público (Marcolin et al.,

2021). No que tange ao aspecto social, o trabalho é capaz de fortalecer os instrumentos de participação cidadã, tendo em vista que avalia a gama de informações disponíveis à sociedade face à aplicação dos recursos públicos destinados, bem como os resultados respectivos. A sociedade funciona, neste sentido, tanto como provedora dos recursos necessários, como principal destinatária dos serviços públicos, sendo que as informações divulgadas representam a forma pela qual ocorre o processo de comunicação entre agentes (executores) e principal (cidadãos).

Em referência à estrutura do trabalho, além da presente introdução, há ainda uma seção dedicada a revisão teórica do assunto, metodologia, análise e discussão dos resultados, bem como uma última destinada às considerações finais.

2 Revisão da Literatura

2.1 Contabilidade Pública Brasileira: da evolução ao processo de convergência internacional

Lato sensu, a implantação da contabilidade pública brasileira se iniciou durante o período colonial, precisamente, no ano de 1549, com a criação da primeira repartição fiscal no país. Com o crescimento da economia, foi publicado o Decreto n. 4.475 (1870) que oficializou a profissão contábil no país denominada de guarda-livros. Em 1922, foi instituído o código de contabilidade pública (Decreto n. 4.536 [1922]) e, em 1964, a Lei n. 4.320 (1964), que vigora até os dias atuais, também conhecida como lei de direito financeiro, cuja principal característica residuiu na forte ênfase orçamentária e não patrimonial dos registros contábeis.

Em 1988, uma nova constituição foi promulgada trazendo consigo a intenção de reformular a antiga lei de direito financeiro e a criação de outras tantas voltadas para o aperfeiçoamento das finanças públicas: LRF (LC 101 [2000]), Lei de Transparência (LC n. 131 [2009]) e Lei de Acesso à Informação-LAI (Lei n. 12.527 [2011]).

Neste interregno, a contabilidade societária também foi reformulada. O país ingressou no processo de harmonização contábil internacional, com a adoção dos *International Financial Reporting Standards* (IFRS), mediante a alteração da Lei das Sociedades Anônimas por meio da Lei n. 11.638 (2007). No âmbito público, editou-se a Portaria MF n. 184 (2008), iniciando assim o processo de convergência da contabilidade pública brasileira aos *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS).

Diferentemente da sistemática adotada para a contabilidade societária - que se utilizou da alteração de lei existente -, o setor público brasileiro percorreu caminho diverso, diga-se de passagem, de duvidosa legalidade. Como a Lei n. 4.320 (1964) continuava em vigor - e não havia sinais de predisposição legislativa para sua revogação - assumiu-se a estratégia de complementar eventuais lacunas em relação às IPSAS e apresentar em quadros e demonstrativos as informações conflitantes com a Lei n. 4.320 (1964), de modo que tanto a norma internacional fosse adotada, como a lei nacional não deixasse de ser cumprida.

A adoção das IFRS (por parte das empresas) e das IPSAS (no setor público) promoveu uma consistente e silenciosa revolução da contabilidade brasileira, em especial, no *disclosure* contábil no país, mais precisamente no setor público - não afeto, propriamente, a registros contábeis sob a ótica patrimonial. Ademais, da inclusão de novas regras, padrões de mensuração e alteração dos existentes, observou-se que a mudança de enfoque de uma contabilidade baseada em regras para outra focada em princípios, aumentou de forma sensível o grau de julgamento

exigido pelos responsáveis da elaboração das demonstrações contábeis (Borges & Rech, 2019; Vieira et al., 2023).

A questão de fundo trazida pelos autores, na verdade, se traduziu nos efeitos operados pela incorporação de regras provenientes de sistemas contábeis diversos: enquanto os sistemas contábeis baseados no *common law* - de influência anglo-saxônica -, se baseia na livre iniciativa, valor de mercado, estímulo a transparência e *disclosure*, nos sistemas influenciados pelo direito romano ou *civil law*, há uma preocupação maior com o legalismo, formalismo contábil, foco no fisco, pouca transparência, tendência ao sigilo e reduzido *disclosure*. Ou seja, a incorporação das IFRS e das IPSAS aos sistemas nacionais com foco no *civil law* apenas produziu aquilo que já deveria ser esperado: choque da cultura contábil com implicações nos sistemas contábeis vigentes.

Com isto se observou que a adoção do padrão global internacional produziu um excesso de informações, muitas delas sem qualquer relevância para seus usuários (Caldas, 2019; Castro, Leôncio, Silva et al., 2020; Zobarán, 2019), culminando no chamado *disclosure overload* ou excesso de informações não relevantes (Santos et al., 2019). Entende-se, de forma consensual, que esse aumento do volume de informações se deu em razão do maior grau de julgamento por parte dos profissionais de contabilidade a partir da complexidade das regras e princípios estabelecidos no padrão das normas internacionais (Araújo, 2019; Caldas, 2020; Sena et al., 2023) em contraposição à forma de julgamento anterior lastreado em regras pré-estabelecidas e desprovidas preponderantemente de aferição profissional. Para muitos autores (Holtz & Santos, 2020; Vieira et al., 2023) houve elevação dos custos de transação, aumento da extensão das informações divulgadas e elaboração de informes de maneira opaca como técnica de manipulação da informação narrativa contábil.

2.2 *Scientia est potentia*

As demonstrações contábeis e as notas explicativas devem ser entendidas no contexto do resultado da performance financeira e econômica das empresas (Jales et al., 2020) e, no caso do setor público, um dos meios de prestações de contas dos agentes públicos no processo de *accountability* (Caldas, 2019).

Para Oliveira et al. (2020) e Vieira et al. (2023), o principal objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações úteis para a tomada de decisão e para a avaliação dos gestores em geral. Já as NE devem agregar e enriquecer as demonstrações financeiras, atuando em complemento e não em substituição de qualquer informação (Mesquita et al., 2022). Como as NE são consideradas espaços de promoção da *accountability* (Marcolin et al., 2021), os dados e informações nelas contidos têm se configurado peça importante da investigação contábil (Ferreira et al., 2019), ou seja, em sintonia com a expressão *scientia est potentia* (conhecimento é poder).

A compreensibilidade de relatórios técnicos ora depende da própria estrutura linguística como foram montados (Carvalho et al., 2023; Monteiro et al., 2020; Sena et al., 2023), ora daqueles que os leem (Smith & Taffler, 1992). Estudos sobre a legibilidade - assim como é denominada a técnica que avalia a dificuldade sintática do texto, a fluidez da leitura e não a sua compreensão - estão mais concentrados em documentos escrito na língua inglesa que em outras línguas, como é o caso do português (Holtz & Santos, 2020).

Para Sena et. al. (2021), a legibilidade não se confunde com o significado de compreensibilidade, mas aos atributos do texto (palavras curtas, sem jargões, frases simples, voz ativa e tempo presente, instruções no modo imperativo e gênero neutro – Zorbarán, 2019),

enquanto compreensibilidade, a capacidade de entendimento voltada para o leitor. Se por um lado, textos longos, mal escritos e confusos são capazes de impedir a comunicação entre as partes - aumentando assim a assimetria de informação entre principal e agentes (pouca legibilidade) -, a falta de conhecimento do assunto, embora o texto seja compreensível, também impede que a informação chegue ao receptor.

Vários são os índices de legibilidade ao redor do mundo, sendo destacáveis os seguintes: Flesh e Dale-Chall, na década de 1940, Gunning Fog e Coleman-Liau na década de 1950, SMOG na década de 1960, Automated Readability em 1967 e Linsear-Write em 1970 (Moreno et al., 2022). Embora não haja um índice específico a ser utilizado para textos contábeis em português, costuma-se considerar mais os índices de Flesch para português (Camacho et al., 2022; Carvalho et al., 2023), Fernandez-Huerta (1959) para o espanhol e de Gunning Fog (Araújo, 2019; Carvalho et al., 2023) para avaliar a clareza e facilidade de leitura das informações contábeis.

Defende-se a existência de diversas vantagens para o aumento da legibilidade da informação contábil. Nas empresas, o aumento da legibilidade é indicado porque ajudaria investidores individuais e analistas a assimilarem as informações relevantes de avaliação da divulgação financeira (Monteiro et al., 2020), além do que um bom *disclosure* contábil seria indício de transparência, o que geraria maior credibilidade (Mesquita et. al., 2022).

No setor público a legibilidade assume importância ampliada devido ao alcance que a informação divulgada deve chegar, havendo cada vez mais uma preocupação com o uso de linguagem simples e cidadã nos relatórios divulgados (TCU, 2020a; TCU, 2020b). Explica-se: diferentemente da circunscrição dos *stakeholders* de uma empresa (clientes, empregados, investidores, bancos etc.), a ação governamental vai mais longe e atinge toda uma população, sociedade etc., face as políticas públicas que os governos elegem e da compreensão dos resultados dos gestores públicos. Neste sentido, oportuna a consideração de Salehi et al. (2020) ao destacarem que a complexidade pode ser considerada como um fator de risco até mesmo para a auditoria que vai avaliar as NE.

Disto é compreensível o entendimento de que uma informação obscura, omissa ou negada de forma intencional é capaz de corroer a economia de um país, beneficiar políticos corruptos, promover ações ineficientes, além de possibilitar a captura do Estado por grupos de interesses visando ao atendimento de fins privados. Em sentido contrário, a atuação transparente das instituições governamentais vai em sentido oposto, sendo capaz de contribuir para a *accountability* pública, além de fortalecer os alicerces que sustentam a democracia de um país.

2.3 Estudos anteriores

Em comparação à literatura internacional, estudos sobre legibilidade de relatórios financeiros no Brasil são considerados relativamente incipientes, focando mais em análises léxicas e volumétricas que, propriamente, no conteúdo destas (Marcolin, 2021).

A temática da legibilidade passou a ser mais discutida no país a partir da adoção das IFRS no contexto da legislação contábil brasileira (Lei n. 11.638 [2007]), que ampliou o escopo das informações exigidas a partir do novo arcabouço contábil. Associado a isto, o conceito de relevância das informações não foi devidamente compreendido pelos responsáveis da elaboração dos relatórios financeiros, tendo havido uma massiva publicação de informações irrelevantes, o que foi denominado de *overload* informacional (Santos et al., 2019).

A alteração da sistemática, comumente baseada em parâmetros, para outra lastreada no julgamento, pode ter contribuído para a questão, indo de encontro a um dos aspectos centrais

de divulgação da contabilidade que é a relevância da informação, atributo de qualidade e não de quantidade (Castro et al., 2019). Com a edição do OCPC 07 (CPC-OCPC 07 [2014]), buscou-se mitigar essa problemática e se destacou os principais pontos para auxiliar na evidencição dos relatórios contábil-financeiros, eis que a sobrecarga de informação impedia o conhecimento da informação relevante, além de aumentar os custos de transação. Entende-se ser elemento capaz de comprometer a tomada de decisão (Borges & Rech, 2019), enquanto há quem defenda a possibilidade de que a falta de *disclosure* gere a chamada seleção adversa, quando se confunde empresas boas e ruins (Akerlof, 1970).

Estudos apontam que a legibilidade sofre influência dos mais diversos fatores. São mencionados tamanho, complexidade operacional, tempo de listagem, governança corporativa, auditoria por uma *big four* e extensão do *reporting* (Borges & Rech, 2019). Inclusive, no setor público em comparação ao setor privado, os estudos sobre legibilidade perante as empresas se apresentam em maior número (Borges & Rech, 2019; Holtz & Santos, 2020; Mesquita et al., 2022; Santos et al., 2019; Silva et al., 2020; Oliveira, 2022).

Uma possível argumentação para este pouco avanço no setor público se justifica em razão de a melhoria da comunicação ter ocorrido em tempos mais recentes, precisamente com o advento das IPSAS. Uma segunda explicação se refere ao fato de que muitas instituições públicas possuem administradores lastreados em mandatos, eleitos ou não pelo voto popular, diferentemente das empresas, que possuem investidores. No caso de eventuais reconduções desses agentes, nada mais lógico que se sintam tentados a evidenciar somente os resultados que lhes são mais favoráveis, omitindo aqueles que não lhes pareçam tão benéficos. O que faz lembrar a observação de Holtz & Santos (2020) e Vieira et al. (2023) acerca da associação entre legibilidade e manipulação como algo que precisa ser discutido, principalmente, onde inexistem normativos e regras.

A legibilidade também se associa à *accountability*. Elas se conectam, na medida em que a primeira impulsiona a segunda ao apresentar a sociedade resultados da aplicação dos recursos utilizados, tornando responsivos os executores das cifras aplicadas, assim como fortalecendo o sistema de governança eleito. De maneira geral, a legibilidade atua – pela diminuição da assimetria informacional – contra a desconfiança das instituições (Albareda & Torres, 2022; Fonseca & Costa, 2023), elevando níveis de confiança e inclusão dos cidadãos como pilares da governança pública (Pederson & Johannsen, 2018).

No que se refere à baixa legibilidade, Villoria (2021) pontua existir um *gap* entre transparência nominal e efetiva, a qual deve ser avaliada para a efetivação da transparência e prestação de contas. Isto poderia ser resolvido com a utilização (*enforcement*) de melhores estruturas de relatórios financeiros e de gestão (Alves et al., 2023) com vistas ao aperfeiçoamento da *accountability* pública, corroborando o apelo de Saldanha (2022) pelo avanço da discussão sobre legibilidade, *accountability* e *enforcement*.

3 Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa se caracteriza como explicativa, com abordagem quantitativa e emprego de análise documental, baseada em demonstrações contábeis públicas coletadas de *sites* oficiais dos estados da região nordeste envolvidos na amostra, no período entre 2012 a 2021. O lapso temporal se refere ao período compreendido entre 2015 (prazo obrigatório para as regras de convergência) e 2021, data essa na qual foram coletados de forma integral todos os demonstrativos contábeis.

Para se mensurar a legibilidade, foi adotado o índice de Flesch que consiste em métrica cujos menores valores obtidos representam uma maior adversidade de compreensão da leitura, enquanto os maiores resultados apresentam uma maior facilidade de leitura:

Tabela 1

Níveis de legibilidade do Índice de Flesch

Pontuação FLF	Nível de legibilidade
0 – 30	Muito difícil
31 – 50	Difícil
51 – 60	Razoável
61 – 70	Padrão/Inteligível
71 – 80	Razoavelmente fácil
81 – 90	Fácil
91 – 100	Muito fácil

Fonte: adaptado de Flesch (1974).

A fórmula utilizada para textos em língua portuguesa foi a sugerida por Souza et al. (2023), a seguir apresentada:

$$FLF = 226 - 1,04x \frac{\text{Quantidade de palavras}}{\text{Quantidade de frases}} - 72x \frac{\text{Quantidade de sílabas}}{\text{Quantidade de palavras}}$$

Calculado o índice, ele foi utilizado como variável dependente, no seguinte modelo proposto:

$$Y_{it} = \beta_0 + \beta_1 IDH_{it} + \beta_2 EndPúb_{it} + \beta_3 Liq_{it} + \beta_4 IDEB_{it} + \beta_5 VOA_{it} + \varepsilon_{it}$$

Em que:

Y_{it} representa as métricas de legibilidade, sendo as *proxies* dadas por: FLF: calculado conforme a Equação 1, onde se apresenta a quantidade de palavras dividida pela quantidade de frases, representada pelo logaritmo natural do arquivo de notas explicativas, para o ente federativo i no período t ;

IDH_{it} representa os indicadores de avaliação de bem-estar da população, sendo a *proxy* o logaritmo natural dos investimentos em renda, saúde e educação, para o ente federativo i no período t ;

$EndPúb_{it}$ representa o desempenho da entidade, dado por *dummy* de resultado 1 quando esta dispõe de recursos no período para quitar seu endividamento e 0 nos demais casos, para o ente federativo i no período t ;

Liq_{it} representa a liquidez de mercado, obtida a partir das informações disponíveis na Economática®, para o ente federativo i no período t ;

$IDEB_{it}$ representa os indicadores de avaliação de investimentos na área de educação, sendo a *proxy* o logaritmo natural, para o ente federativo i no período t ; e

VOA_{it} representa os recursos aprovados na lei orçamentária, sendo a *proxy* o logaritmo natural, para o ente federativo i no período t .

Cibele Pires de Matos, Roberto Sérgio do Nascimento, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Nélida Astezia Castro Cervantes e Francisco Felipe Ramos Rodrigues Lima

Tabela 2

Classificação e relação das variáveis da pesquisa

Descrição	Natureza	Tipo	Relação esperada	Fontes
Índice de Flesch (IF)	Qualidade da informação	Explicada	-	Borges e Rech (2019); Gomes et al (2018)
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Social	Explicativa	Positiva	Andrade e Nascimento (2017); Brito et al. (2011) e Costa e Tavares (2014)
Indicador de Desempenho da Educação Básica (IDEB)	Social	Explicativa	Positiva	Andrade e Nascimento (2017); Brito et al. (2011) e Costa e Tavares (2014)
Endividamento público (EndPub) = Dívida consolidada/Receita Corrente Líquida	Financeira	Explicativa	Negativa	Abreu e Bezerra Filho (2017) e Holtz e Santos (2020)
Liquidez (Liq) = Obrigações financeiras/Disponibilidade de caixa	Financeira	Explicativa	Positiva	Abreu e Bezerra Filho (2017); Holtz e Santos (2020) e Souza (2015)
Valor orçamentário aprovado (VOA)	Econômica	Explicativa	Positiva	Não foram encontrados estudos para essa variável

Fonte: *Dados da Pesquisa.*

4 Resultados e Análises

4.1 Resultados da Análise

Os resultados constantes da aplicação do índice de Flesch para os dados coletados referentes às demonstrações contábeis públicas dos 9 (nove) estados nordestinos que compuseram a amostra se encontra na tabela abaixo:

Cibele Pires de Matos, Roberto Sérgio do Nascimento, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Nélida Astezia Castro Cervantes e Francisco Felipe Ramos Rodrigues Lima

Tabela 3

Índice de Flesch dos estados nordestinos - período 2012 a 2021

Estado	Alagoas				Bahia				Ceará				Maranhão				Paraíba			
Ano	Índice de Flesch	Rank-ano	Legibilidade	Comple-xidade	Índice de Flesch	Rank-ano	Legibilidade	Comple-xidade	Índice de Flesch	Rank-ano	Legibilidade	Comple-xidade	Índice de Flesch	Rank-ano	Legibilidade	Comple-xidade	Índice de Flesch	Rank-ano	Legibilidade	Comple-xidade
2012	86,0	3	4	14,1%	47,0	8	10	15,2%	38,5	9	14	13,6%	53,7	6	10	15,6%	85,6	4	4	9,2%
2013	90,4	4	3	7,6%	53,8	5	8	15,3%	49,0	7	12	11,4%	35,6	9	14	10,2%	91,5	3	2	6,2%
2014	85,1	4	4	8,1%	51,6	5	8	13,7%	51,2	7	11	11,9%	41,8	9	10	13,3%	87,2	3	4	8,0%
2015	63,2	4	8	10,4%	89,3	1	3	7,6%	47,2	7	8	11,0%	36,2	8	14	9,5%	83,9	3	4	7,4%
2016	64,4	4	9	20,3%	88,4	2	2	6,4%	50,3	7	11	11,6%	53,7	6	10	15,6%	87,4	3	4	7,9%
2017	35,2	9	12	14,1%	53,7	2	6	10,2%	48,3	4	12	11,5%	51,8	3	6	11,0%	43,6	5	12	11,5%
2018	30,9	9	15	17,7%	53,8	2	7	11,1%	61,0	1	9	11,1%	47,4	5	7	13,2%	44,6	7	11	10,7%
2019	41,7	6	11	13,6%	51,9	2	7	11,8%	44,2	5	11	15,3%	45,0	4	9	12,2%	48,8	3	11	9,2%
2020	43,4	7	11	14,0%	54,9	4	6	10,8%	49,2	5	8	11,7%	46,2	6	8	13,2%	37,4	9	13	12,1%
2021	53,4	3	9	14,0%	56,1	2	6	10,9%	51,2	5	8	12,0%	42,0	7	9	14,8%	56,6	1	9	10,0%
Média	59,4	5o			60,1	4o			49,0	6o			45,3	8o			66,7	2o		
DP	22,04				15,38				5,7				6,57				22,16			
CV	37%				26%				12%				14%				33%			

Estado	Pernambuco				Piauí				Rio Grande do Norte				Sergipe				Índice Flesch - Nordeste			
Ano	Índice de Flesch	Rank-ano	Legibilidade	Comple-xidade	Índice de Flesch	Rank-ano	Legibilidade	Comple-xidade	Índice de Flesch	Rank	Legibilidade	Comple-xidade	Índice de Flesch	Rank-ano	Legibilidade	Comple-xidade	Média	Desvio-padrão	Coeficiente de Variação	
2012	94,6	2	0	5,3%	62,9	5	8	12,6%	95,2	1	1	8,9%	50,3	7	10	11,7%	68,2	22,18	33%	
2013	92,9	2	2	7,0%	53,7	6	10	15,6%	95,0	1	1	8,8%	46,5	8	10	13,2%	67,6	24,19	36%	
2014	88,9	2	2	7,7%	15,6	6	16	15,5%	92,0	1	2	9,7%	41,6	8	11	13,9%	61,7	27,37	44%	
2015	84,2	2	3	8,5%	36,1	9	15	15,0%	60,5	5	7	13,1%	49,4	6	10	13,5%	61,1	20,7	34%	
2016	91,6	1	2	11,1%	39,6	9	14	15,4%	57,5	5	8	11,0%	47,4	8	10	13,8%	64,5	19,72	31%	
2017	63,3	1	6	11,9%	39,5	7	13	14,7%	42,1	6	9	13,4%	38,8	8	12	14,4%	46,3	8,86	19%	
2018	52,4	4	7	12,6%	45,7	6	11	13,2%	53,8	3	7	12,7%	41,8	8	10	13,3%	47,9	8,69	18%	
2019	56,8	1	7	13,3%	24,7	9	9	15,6%	32,0	8	12	13,2%	38,8	7	12	14,4%	42,7	9,89	23%	
2020	55,0	3	7	14,1%	55,7	2	8	12,7%	39,4	8	11	19,9%	63,9	1	6	12,1%	49,5	8,67	18%	
2021	44,3	6	9	14,2%	53,0	4	8	13,1%	40,8	9	10	13,5%	41,1	8	12	13,9%	48,7	6,6	14%	
Média	72,4	1o			42,7	9o			60,8	3o			46,0	7o			55,8	15,0	27%	
DP	19,75				14,66				24,55				7,58							
CV	27%				34%				40%				16%							

Fonte: Dados da Pesquisa

De modo geral, o estado com média mais elevada do índice de Flesch (IF) foi Pernambuco, com 72,4 pontos médios, aparecendo no *ranking* três vezes em primeiro lugar e três vezes em segundo lugar, seguido pela Paraíba, com média de 66,7 e, em terceiro lugar, a Bahia, com média de 60,1 pontos. Dentre os três estados com média mais baixa, tem-se o Piauí, com média de 42,7 pontos, seguido do Maranhão, com média de 45,3 e, em terceiro lugar, Sergipe, com média de 46,0 pontos.

Os resultados apresentados revelaram ainda que os estados com índice de Flesch (IF) mais homogêneos no período foram: Ceará, Maranhão e Sergipe, com coeficientes de variação de 12%, 14% e 16%, respectivamente, e os estados mais heterogêneos foram: Rio Grande do Norte, Alagoas e Piauí, com coeficientes de variação de 40%, 37% e 34%, respectivamente. Por sua vez, o resultado da homogeneidade contrastada com o número de anos pesquisados e os demais resultados da amostra possibilitou observar que houve pouco avanço em relação ao índice de legibilidade das demonstrações contábeis públicas analisadas. Ademais, em termos médios, os resultados apontam para legibilidade razoável e em termos gerais difícil e razoavelmente fácil, o que ainda não é considerado um indicador satisfatório.

A segunda parte do estudo consistiu em verificar se há correlação entre os resultados do índice de Flesch e as variáveis socioeconômicas-financeiras eleitas. Para tanto, foram

selecionados os seguintes indicadores: IDH, EndPúb, Liq, IDEB e VOA. Realizado o teste de normalidade, adotou-se o coeficiente de Pearson para exame da relação entre as variáveis propostas (Tabela 2):

Tabela 4

Teste de correlação de Pearson das variáveis do modelo (n = 90)

		IDH	Endividamento público	Liquidez	IDEB	VOA	FLESCH
IDH	Correlação de Pearson	-					
Endividamento público	Correlação de Pearson	-0,238 (**)	-				
Liquidez	Correlação de Pearson	0,168	-0,164	-			
IDEB	Correlação de Pearson	0,270 (***)	-0,038	0,053	-		
VOA	Correlação de Pearson	0,299 (***)	-0,212 (*)	0,180	0,135	-	
FLESCH10	Correlação de Pearson	-0,103	0,046	-0,183	-0,036	-0,079	-

Legenda: IDH = Índice de Desenvolvimento Humano; IDEB = Índice de Desenvolvimento da Educação Básica; VOA = Recursos aprovados na lei orçamentária.

Nota: (*) Significante a 90%, (**) Significante a 95% e (***) Significante a 99%.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Com base na Tabela 2, é possível afirmar que o IDH possui correlação positiva com o IDB e com o VOA, ou seja, à medida que o IDH aumenta, se eleva também o IDEB e o VOA em razão de o coeficiente do índice de correlação ser positivo. Por outro lado, o IDH apresentou correlação negativa com o endividamento público (EndPub) e este último, com o VOA, uma vez que o aumento de um implica na diminuição do resultado do outro.

Ainda com base nesta tabela é possível deduzir que as variáveis IDH e VOA tiveram correlação significativa (0,004) e positiva (0,299), o que indica que à medida que o IDH é maior, o VOA também aumenta. O mesmo ocorre com IDH e IDEB (0,0010) e (0,270). Quanto às variáveis IDH e Endividamento público, a correlação foi significativa e negativa, ou seja, à medida que o IDH aumenta, o endividamento público diminui (-0,238).

Também há correlação negativa e significativa entre VOA e Endividamento público (0,024) e (-0,212). Já as correlações com o índice de Flesch e liquidez não se apresentaram de forma consistente com as demais variáveis, em termos de correlação significativa e positiva.

Não obstante a ausência de correlação significativa anteriormente mencionada, coube investigar a existência de influência entre estas variáveis, por meio do teste de regressão. Em seguida, buscou-se identificar o nível de explicação do modelo a partir das variáveis selecionadas:

Tabela 5*Cálculo do R^2 ajustado*

R	R^2	R^2 ajustado	Erro padrão da estimativa
0,542	0,294	0,162	1,813

Fonte: *Dados da Pesquisa.*

De acordo com os resultados alcançados, o R^2 indicou que as variáveis independentes explicam 29,4% da variável dependente.

Tabela 6*Análise de variância (Anova)*

Model	Soma de quadrados	Graus de liberdade	Quadrado médio	F	P-valor
Regressão	102,416	14	7,315	2,226	0,014
Resíduo	246,474	75	3,286		
Total	348,890	89			

Fonte: *Dados da Pesquisa.*

O resultado da análise de variância (Anova) buscou, de forma sintética, identificar se, pelo menos, uma das variáveis é significativa para o modelo proposto (p -valor $< 0,05$). Isso pode ser expressado em termos das seguintes hipóteses: H_0 - não existe diferença entre as variáveis incluídas no modelo; H_1 - há, pelo menos, uma variável com desempenho diferente.

Tabela 7*Modelo de regressão linear múltipla com o índice de Flesch como variável dependente*

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	T	P-valor
	B	Erro-padrão	Beta		
(Constant)	0,051	5,361	-	0,009	0,992
IDH	6,320	7,104	0,126	0,890	0,377
Endividamento público	-0,013	0,118	-0,012	-0,107	0,915
Liquidez	-0,116	0,088	-0,137	-1,307	0,195
IDEB	4,405	3,281	0,147	1,343	0,183
VOA	-1,756	1,999	-0,095	-0,878	0,383
2012	0,318	0,947	0,049	0,336	0,738
2013	0,392	0,889	0,060	0,441	0,660
2014	-0,447	0,887	-0,068	-0,503	0,616
2015	-0,700	0,905	-0,107	-0,773	0,442
2017	-2,009	0,954	-0,306	-2,106	0,039*
2018	-2,123	0,911	-0,324	-2,331	0,022*
2019	-2,722	0,906	-0,415	-3,004	0,004*
2020	-2,164	0,924	-0,330	-2,342	0,022*

Cibele Pires de Matos, Roberto Sérgio do Nascimento, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Nélida Astezia Castro Cervantes e Francisco Felipe Ramos Rodrigues Lima

2021	-2,126	0,906	-0,324	-2,347	0,022*
------	--------	-------	--------	--------	--------

Nota: (*) significante a 5%.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Assim, o modelo foi rodado utilizando-se o método *Enter*, que incluiu todas as variáveis. As variáveis que apresentam coeficientes com sinal positivo indicam que quanto maior aquela variável, o índice de Flesch tende a ser maior também. Já as que tiveram sinal negativo indicam uma correlação na qual quanto maior for o valor da variável independente, menor será o índice de Flesch. No caso dos anos, a variável é uma *dummy* com valor 1 quando o dado é referente àquele ano, e valor nulo nos demais anos. O método excluiu o ano de 2016 da regressão, o que significa que ele não foi significativo para a análise, e, por isso, não faz parte da tabela de resultados.

4.2 Discussão dos Resultados

A legibilidade é um aspecto qualitativo da informação contábil, notadamente, a pública, de que os resultados são capazes de explicar o processo das escolhas públicas. Se por um lado índices satisfatórios de legibilidade apontam para a melhoria da transparência pública e *accountability*, por outro, níveis baixos levam a crer na erosão da relação cidadania-poder público e responsabilidade da administração pública.

Contrário *sensu* os níveis de legibilidade apontados na pesquisa não foram considerados satisfatórios, mesmo após o país iniciar a convergência das normas contábeis públicas ao padrão internacional (IPSAS) no ano de 2008 (Portaria MF n. 184/2008). Dos 9 (nove) estados pesquisados, somente 2 (dois) (Bahia e Ceará) avançaram em termos de legibilidade, mesmo assim em percentuais pouco consistentes; os demais (AL, MA, PB, PE, PI, RN e SE) tiveram seus índices reduzidos quando se compara o intervalo de tempo pesquisado. Curioso é que o resultado alcançado vai na mesma direção da experiência do setor empresarial, que teve um avanço significativo da quantidade de informações irrelevantes pós adoção das IFRS, mesmo após o advento da OCPC 07 (Santos et al., 2019).

Concernente aos documentos analisados (NE das DCASP), tem-se como evidência que a administração pública segue não possuindo um padrão de qualidade das suas NE divulgadas. Constataram-se a ocorrência de transcrições da norma legal, divulgação de informações, ora em excesso ou em falta, inclusive não relevantes. Tais achados apontam para o não cumprimento das orientações do MCASP sobre a questão (item 8.2), além de outras normas do ordenamento jurídico brasileiro que dispõem sobre transparência pública e melhoria dos instrumentos de governança da administração pública federal (LC n. 131/2009 e Decreto n. 9.203/2017).

Baixos níveis de legibilidades, como constatado, terminam por ratificar deficiências na sistemática de *accountability* e transparência (Villoria, 2021), aumento de risco para auditorias realizadas - em decorrência da elevação da assimetria da informação divulgada e seleções adversas -, com impacto na governança pública (Pederson & Johanssen, 2018). Particularmente, ainda revelam falta de sintonia dos gestores públicos em relação à cidadania em termos do que deveria ser publicizado e dá sinais do nível de preparação dos profissionais envolvidos na confecção dos relatórios. Em relação a quem deveria fiscalizar a atuação da administração pública - no caso os Órgãos de Controle Interno e Externo -, termina por evidenciar falta de apatia em referência aos assuntos em tela, reforçando o apelo de Saldanha (2022) pelo avanço da discussão sobre legibilidade, *accountability* e *enforcement*.

No que se refere às variáveis propostas (valor orçamentário aprovado, liquidez, IDEB, IDH e endividamento público), três das cinco possuem relação estrita com a gestão das finanças públicas (endividamento público-EndPub, liquidez-Liq e valor orçamentário aprovado-VOA), devendo-se esperar em referência a elas uma maior preocupação por parte dos gestores no que se refere à qualidade e quantidade das informações divulgadas. A variável VOA evidencia o quanto há disponível para a efetivação das políticas públicas e a sua estimativa mais próxima da realidade contribui diretamente na prestação dos serviços públicos. A variável Liquidez fornece as condições necessárias para a ampliação dos bens e serviços a serem entregues à população, enquanto níveis baixos de endividamento (EndPub), são capazes de garantir a continuidade do portfólio de políticas eleitas ao longo dos anos.

O exame desses indicadores em conjunto deixou transparecer que ainda não são preponderantes dentre o rol de esclarecimentos a serem prestados pelo Estado, notadamente, o referente ao endividamento público. Vale lembrar que desde 2000 (LRF) os entes federativos são obrigados a dispensar atenção especial em relação a essa modalidade de financiamento dos gastos públicos, contudo os resultados da NE apontam em sentido contrário.

Em que pese ao exame da correlação do índice de legibilidade com as variáveis propostas no estudo, os resultados se mostraram sem significância com preponderância de serem negativos. O valor explicativo encontrado ($R^2 = 29,4\%$), embora seja considerado baixo, tende a ser importante, dado que, se por um lado impõe a proposição de outros indicadores, ao mesmo tempo, não descarta, totalmente, o trabalho realizado.

E foi justamente nesta linha os trabalhos realizados por Borges e Rech (2019), Caldas (2020), Camacho et al. (2022), Santos et al. (2019), Sena et al. (2021) e Riley e Yen (2019) que buscaram identificar a existência de eventuais relações entre legibilidade em relatórios financeiros e variáveis diversas (PIB, reeleição de prefeito, emissão do OCPC 07, governança corporativa e rentabilidade IDHM, grau de escolaridade, qualidade da autoria, tempo como empresa de capital aberto, potencial de crescimento etc.). Do que se conclui a necessidade de se continuar a testar outras variáveis independentes que podem de igual modo aumentar o grau de intensidade ou eficácia de cada uma delas na explicação da variável dependente.

Não obstante as variáveis não terem sido explicativas a contento, parcela dos anos pesquisados (anos de 2017 a 2021) demonstraram alterações de comportamento. O resultado mostrou-se significativo, com sinal negativo, o que é condizente com o exame individualizado do *ranking* dos estados que se mostrou contraditório em relação ao avanço do processo de convergência da CASP.

As evidências da pesquisa apontaram para dois achados centrais. Primeiro, houve um recrudescimento do índice de legibilidade justamente após a obrigatoriedade das normas de contabilidade pública convergidas em 2015, quando na verdade, se esperava que aumentasse o patamar de legibilidade devidas as regras mais aperfeiçoadas de contabilidade pública. Em segundo lugar, a consistência do índice de legibilidade, que teve indicação para baixo, deu-se em relação à maioria dos estados, o que torna mais sensível e preocupante o resultado da pesquisa.

Esta última constatação vai ao encontro do que houve no setor privado (Santos et al, 2019; Silva et al., 2020), quando a legibilidade se tornou mais complexa após a convergência com as IFRS, persistindo, inclusive, com a edição do OCPC 07 que objetivou melhorar o nível informação a ser publicizado. Embora a orientação da OCPC 07 frente ao setor público não tenha sido precisamente testada, os resultados se assemelham aos das empresas, dado que os períodos são similares, reforçando a ideia de que no setor público a questão vai mais além do que o simples emprego das normas convergidas, mas também de *enforcement*.

5 Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo analisar se a qualidade de evidenciação das notas explicativas das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP) dos estados da Região Nordeste estaria sendo influenciada por variáveis socioeconômico-financeiras (valor orçamentário aprovado, liquidez, endividamento público, IDEB e IDH). A amostra envolveu todos os estados da região nordeste no período de 2012 a 2021, lapso temporal este compreendido antes e após o processo de convergência da contabilidade pública às IPSAS, que se tornou obrigatório a partir do ano de 2015.

Os melhores índices de legibilidade foram auferidos pelos estados de Pernambuco (72,4%) e Paraíba (66,7%) e os índices menos favoráveis pelos estados do Maranhão (45,3%) e Piauí (42,7%). Em termos médios, o trabalho apontou para baixa legibilidade, na ordem de 55,8%, considerada entre difícil e razoavelmente difícil no exame individualizado dos estados participantes, tendo sido corroborados pelos resultados estatísticos, os quais demonstraram heterogeneidade antes de 2015 e, posteriormente a este ano, homogeneidade com elevação da complexidade de leitura.

Observou-se que essas constatações vão em sentido contrário ao avanço do processo de convergência da contabilidade pública adotado pelo país, muito embora em linha idêntica ao ocorrido no setor empresarial, corroborando a falta de assimetria pública que permeia os relatórios financeiros de ambos os setores, em comprometimento dos níveis de *accountability* e transparência públicas. Em linha com esta constatação, ventilou-se existir falta de sintonia entre gestores e cidadãos, tendo em vista que estes últimos eram cerceados de informações relevantes acerca da prestação dos serviços, ao passo que uma possível solução para os órgãos de fiscalização tratem de forma conjunta a legibilidade, *accountability* e *enforcement*.

Concernente às variáveis testadas (valor orçamentário aprovado, IDEB, IDH, Endividamento e Liquidez), não foi constatada significância estatística, contrário *sensu* a estudos pretéritos. Conquanto a ausência de significância estatística, ponderou-se que pesquisas dessa natureza são relativamente recentes no setor público quando comparadas às empresas e os pesquisadores ainda não possuem consenso de que variáveis são capazes de produzir impacto na legibilidade nas demonstrações contábeis públicas, o que abre espaço para avanços das investigações.

Chamou a atenção dos pesquisadores o fato de que alguns dos anos incluídos na pesquisa (2017 a 2021) atuaram de forma significativa e negativa em relação aos índices de legibilidade apontados. A interpretação desses resultados foi de que o avanço das normas convergidas possibilitou o aumento da complexidade da legibilidade dos relatórios financeiros e não o contrário.

A título de contribuições do estudo, a pesquisa inova ao testar variáveis socioeconômico-financeiras procurando associá-las a divulgação das notas explicativas no setor público. Embora, os resultados não tenham se mostrados positivos, a inexistência da relação por parte das variáveis testadas aponta para que outras possam ser validadas em trabalhos futuros.

Por fim, como limitações do trabalho, observou-se a disponibilização intempestiva das demonstrações contábeis nos *sites* pesquisados por partes das unidades da federação. E para investigações futuras, sugere-se a continuidade de estudos envolvendo outras variáveis, bem que se avalie a atuação dos Órgãos de Controle Interno e Externo como instituições capazes de

aperfeiçoar o processo de comunicação dos entes governamentais em relação aos seus *stakeholders*.

Referências

- Abreu, M. H., & Bezerra Filho, J. E. (2017). Notas explicativas às demonstrações contábeis aplicadas ao setor público: proposta de estrutura mínima para atendimento à convergência com as normas internacionais, transparência das contas públicas e instrumentalização do controle social. *Revista Caderno de Finanças Públicas*, 17(1), 1-69.
- Akerlof, G. A. (1970). The Market for “Lemons”: Quality Uncertainty and the Market Mechanism. *The Quarterly Journal of Economics*, 84 (3), 488-500.
<https://doi.org/10.2307/1879431>
- Albareda, A., & Torres, R. L. (2022). Quebra de contrato social e desconfiança nas instituições públicas: desafios para o desenvolvimento socioeconômico no Brasil. *Desenvolvimento em Questão*, 20(58), 1-20. <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2022.58.11865>
- Alves, M. A., Bonfim, M. P., Silva, C. A. T., & Soares, J. M. M. V. (2023). Legibilidade dos Relatórios de Gestão no Setor Público Brasileiro. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 26(2), 213-248. <https://doi.org/10.51341/cgg.v26i2.3016>
- Andrade, M. E., & Nascimento, M. M. L. S. (2017). Diferenciais de desenvolvimento econômico intermunicipal no Estado do Rio Grande do Norte – BR. *Revista Espacios*, 38(28), 20.
- Araújo, J. P. (2019). Complexidade e legibilidade das notas explicativas: uma proposta para aplicação do índice Fog. [Trabalho de conclusão de curso]. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/28392>
- Araújo, R. H. M., & Callado, A. A. C. (2020). Características Qualitativas da Informação Contábil: Percepção de Profissionais de Controle Interno do Setor Público. *Management Control Review*, 5(1), 47–65. <https://doi.org/10.51720/mcr.v5i1.3696>
- Borges, G. F. (2020). Análise da legibilidade dos BR_GAAP versus legibilidade das notas explicativas de empresas brasileiras abertas. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de Uberlândia. <http://orcid.org/0000-0002-2217-8438>
- Borges, G. F., & Rech, I. J. (2019). Determinantes da legibilidade das notas explicativas de companhias brasileiras. *Revista Gestão, Finanças e Contabilidade*, 9(3), 31-51.
<https://doi.org/10.18028/rgfc.v9i3.7522>
- Brito, M. A., & Nascimento, J. S., & Lima, J. E. (2011). Diferenciais de desenvolvimento econômico entre os municípios brasileiros: uma análise sob o prisma da regressão quantílica. *Circuito de Debates Acadêmicos*.

Caldas, O. V. (2020). Ensaios sobre legibilidade das prestações de contas e de relatórios de auditoria e seus impactos no processo de accountability no setor público do Brasil. [Tese de Doutorado]. Universidade de Brasília.

Camacho, E. U., Weffort, E. F. J., Garcia, A. S., & Gonçalves, A. O. (2022). (In)compreensibilidade das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público pelos usuários externos. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 15(2), 63-75.
<https://doi.org/10.14392/asaa.2022150203>

Carvalho, H. L. M., Leroy, R. S. D., Ávila, L. A. C., & Roque, J. V. R. (2023). Legibilidade das notas explicativas: uma análise dos maiores municípios mineiros. *Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade*, 11(45), 83-94.

Castro, L. A., Silva, R. B., Leôncio, Y. J. dos S., Domingos, S. R. M., & Ponte, V. M. R. (2019). Aspectos quantitativos de materialidade das informações divulgadas nas demonstrações contábeis e nas notas explicativas de empresas brasileiras da indústria de alimentos processados. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 38(2), 15-32.
<https://doi.org/10.4025/enfoque.v38i2.43096>

Costa, O. A., & Pelech Júnior, J. de A. (2021). Notas Explicativas: práticas dos governos locais do Brasil e dos Estados Unidos. *Revista do TCU*, 147, 20-55.

Costa, T. B., & Tavares, M. (2014). Estudo da relação entre variáveis socioeconômicas e a gestão dos municípios do Estado de Minas Gerais por meio do índice Firjan. *Contabilometria*, 1(2), 1-14.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2014). *Orientação Técnica OCPC 07: Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral*.
http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/488_OCPC_07_Orient%C3%A7%C3%A3o.pdf

Decreto n. 4.475, de 18 de fevereiro de 1870. Aprova os Estatutos da Associação dos Guarda-Livros estabelecida nesta corte.

Decreto n. 4.536, de 28 de janeiro de 1922. Organiza o Código de Contabilidade da União.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/dpl4536-1922.htm

Decreto n. 9.203, de 22 de novembro de 2017. (2017). Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal dieta, autárquica e fundacional.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm

Fernández-Huerta, J. (1959). Medidas sencillas de lecturabilidad (simple readability measures). *Consigna*, 214, 29-32.

Ferreira, F. R., Fiorot, D. C., & Motoki, F. Y. S., Moreira, N. C. (2019). Evidenciação voluntária: análise empírica sobre o tom usado em audioconferências. *Revista de Administração de Empresas*, v. 59(4), 271-283. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020190405>

Flesch, R. (1974). *The art of readable writing*. New York: Harper & Row.

Fonseca, P. M., Costa, A. L. V. (2023). A democracia sob pressão: crise e sequência de autocratização no Brasil, 12-40. *Debates*. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.130991>

Gomes, M. C., Ferreira, R. R., & Martins, V. A. (2018). O impacto da OCPC 07 sobre o tamanho e a legibilidade das notas explicativas de companhias brasileiras. *Revista Universo Contábil*, 14(2), 162-184. <https://doi.org/10.4270/ruc.2018216>

Holtz, L., & Santos, O. M. (2020). Legibilidade das notas explicativas das empresas brasileiras de capital aberto. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 39(1), 57-73. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v39i1.45275>

Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. (2000).
Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm

Lei Complementar n. 131, de 27 de maio de 2009. (2009).
Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm

Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. (2007). Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm#:~:text=Lei%20n%C2%BA%2011.638&text=LEI%20N%C2%BA%2011.638%2C%20DE%2028%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202007.&text=Altera%20e%20revoga%20dispositivos%20da,e%20divulga%C3%A7%C3%A3o%20de%20demonstra%C3%A7%C3%B5es%20financeiras.

Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. (2011).
Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm

Lei n. 4320, de 17 de março de 1964. (1964).
Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm#:~:text=LEI%20No%204.320%2C%20DE%2017%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%201964&text=Estatui%20Normas%20Gerai s%20de%20Direito,Munic%C3%ADpios%20e%20do%20Distrito%20Federal.

Marcolin, C. B., Momo, F. S., Riva, E. D., & Becker, J. L. (2021). Notas explicativas explicam? Análise da comunicação do gerenciamento de risco a partir de técnicas de text mining. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 18(48), 138-155. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2021.e78104>

Mesquita, N. R., Bonfim, M. P., Soares, J. M. M. V., & Silva, C. A. T. (2022). Legibilidade das notas explicativas das empresas do setor elétrico brasileiro. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 17(3), 21-39. https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v0i0.53649

Monteiro, J. J., Rengel, R., Sousa, A. M., & Borba, J. A. (2020). Não basta ler, é preciso compreender: um enfoque na legibilidade do resultado e do EBITDA. *Revista Universo Contábil*, 16(3). <https://doi.org/10.4270/RUC2020314>

Moreno, G. C. L., Souza, M. P. M., Hein, N., & Hein, A. K. (2023). ALT: um software para análise de legibilidade de textos em Língua Portuguesa. *Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, 8(1). <https://doi.org/10.61358/policromias.v8i1.54352>

Oliveira, C. M., Altoé, S. M. L., & Suave, R. (2020). A importância das demonstrações contábeis na tomada de decisão e gestão de micro e pequenas empresas. *Revista de Administração e Contabilidade-RAC*, 7(13), 1-15.

Oliveira, N. A. J. (2022). Análise da legibilidade das notas explicativas das empresas do setor elétrico: das demonstrações contábeis do exercício de 2013 e 2021. [Dissertação de Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Pedersen, K. H., & Johannse, L. (2018). Nova governança pública nos Estados Bálticos: administração flexível e flexibilização das regras. *Avaliação de Desempenho Público e Gestão*, 41(3), 648-667. <https://doi.org/10.1080/15309576.2018.1465828>

Portaria 184, de 25 de agosto de 2008. (2008). Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Riley, T. J., & Yen, A. C. (2019). Accounting Narratives. In: Oxford Research Encyclopedia of Business and Management. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190224851.013.169>

Saldanha, D. M. F., Dias, C. D., & Guillaumon, S (2022). Transparency and accountability in digital public services: Learning from the Brazilian cases. *Government Information Quarterly*, 39(2), 101680. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2022.101680>

Salehi, M., Bayaz, M. L. D., Mohammadi, S. Adibian, M. S., & Fahimifard, S. H. (2020). Resposta dos auditores à legibilidade das notas das demonstrações financeiras. *Revista Asiática de Contabilidade*, 28(3), 463-480.

Santos, E. S., Calixto, L., & Bispo, M. F. (2019). Impacto da OCPC 07 no enxugamento das notas explicativas das companhias brasileiras. *Revista de Contabilidade e Finanças*, 30(79), 58-72. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201806650>

Sena, T. R., Santana Júnior, J. L., & Freitas, S. C. (2021). Determinantes da legibilidade das notas explicativas: novas evidências de empresas abertas no Brasil. Anais do XV Congresso AnpCont. chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcglclefindmkaj/https://anpcont.org.br/wp-content/uploads/2022/05/316_merged.pdf

Sena, T. R., Santana Júnior, J. L., & Freitas, S. C. (2023). Gerenciamento de resultados e legibilidade das notas explicativas: manipulações nas evidenciações contábeis. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 17(1), 84-109. <https://doi.org/10.17524/repec.v17i1.3214>

Silva, G. D. M., Lemes, S., & Reina, D. (2020). Notas explicativas sob a ótica da OCPC 07: Um estudo em empresas do segmento IBRX-50. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace*, 11(3). <http://dx.doi.org/10.13059/racef.v11i3.620>

Silva, R. B., Castro, L. A., Domingos, S. R. M., & Ponte, V. M. R. (2020). Nível de disclosure e forma de apresentação das notas explicativas: um estudo à luz da OCPC 07. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, 31(3), 74-96. <https://doi.org/10.22561/cvr.v31i2.5354>

Smith, M., & Taffler, R. (1992). Readability and understandability: Different measures of the textual complexity of accounting narrative. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 5(4). <https://doi.org/10.1108/09513579210019549>

Souza, M. P. de., Moreno, G.G. de L., Hein, N., & Kroenke. (2023). A. ALT – Análise de Legibilidade Textual. <https://legibilidade.com/>

Souza, M. R. (2015). Notas explicativas nos entes brasileiros: uma análise de aderências às IPSA, às NBCASP e à Lei 6.404/76. [Trabalho de conclusão de curso]. Universidade de Brasília.

Tribunal de Contas da União (TCU). (2020a). *Referencial básico de governança organizacional*. (3a ed.). <https://portal.tcu.gov.br/governanca/governanca-no-tcu/>

Tribunal de Contas da União (TCU). (2020b) *Cartilha: Relatório de Gestão na forma de relato integrado*. <https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao.htm>

Vieira, L. G., Salotti, B. M., & Sarquis, R. W. (2023). Impacto da IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes – nas Notas Explicativas de Empresas Abertas no Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 17(2), 219-241. <http://dx.doi.org/10.17524/repec.v17i2.3273>

Cibele Pires de Matos, Roberto Sérgio do Nascimento, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Nélida Astezia Castro Cervantes e Francisco Felipe Ramos Rodrigues Lima
--

Villoria, M. (2021). Que condiciones favorecen una transparencia pública efectiva? Artículo de Revisión. *Revista de Estudios Políticos*, 4(194), 213-247.
<https://doi.org/10.18042/cepc/rep.194.08>

Williams, A. A., & Hussein, S. (2019). Impact of IPSAS adoption on transparency and accountability in managing public funds in developing countries: Evidence from Liberia. *Journal of Accounting and Taxation*, 11(6), 99–110. <https://doi.org/10.5897/jat2019.0345>

Zobaran, R. (2019). Legibilidade (Readability) das demonstrações contábeis: uma análise da facilidade de leitura das notas explicativas das companhias abertas. [Dissertação de Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.